



IFES
Assistente de Aluno

LÍNGUA PORTUGUESA

Leitura e interpretação de textos de gêneros variados.	1
Mecanismos de produção de sentidos nos textos: polissemia, ironia, comparação, ambiguidade, citação, inferência e pressuposto.	2
Organização do texto e fatores de textualidade: coesão, coerência, intertextualidade, informatividade, intencionalidade, aceitabilidade e situacionalidade.	4
Classes Morfológicas: função das palavras nos enunciados e nos textos, emprego de conectores.	7
Estruturação sintática e semântica dos termos na oração e das orações no período: coordenação e subordinação.	13
Concordância nominal e verbal.	21
Regência nominal e verbal.	23
Pontuação.	26
Ortografia e acentuação gráfica.	28
Palavras Homônimas e Parônimas.	30
Exercícios.....	31
Gabarito.....	43

RACIOCÍNIO LÓGICO

Raciocínio lógico, analítico e crítico.	1
Teoria dos conjuntos e diagramas de Venn.	5
Quantificadores	8
Raciocínio lógico envolvendo equações e funções do 1º e 2º graus e sistemas de equações do 1º grau.	10
Raciocínio lógico envolvendo sequências numéricas, progressões aritméticas e progressões geométricas.	21
Raciocínio lógico envolvendo perímetros e áreas de figuras planas, áreas de superfícies e volumes de sólidos geométricos.	25
Raciocínio lógico envolvendo regra de três.....	37
porcentagens.....	39
juros simples e compostos.	41
Análise combinatória.	43
Probabilidade.....	47

SUMÁRIO



Exercícios.....	49
Gabarito.....	55

INFORMÁTICA

O Computador: Conceitos e fundamentos básicos; Principais componentes; Dispositivos de entrada e saída; Dispositivos de armazenamento; Periféricos de computadores.....	1
Redes de computadores	6
Sistemas de Numeração.....	16
Sistema Operacional: Microsoft Windows 8.1, 10 e 11	25
Linux.....	47
Aplicativos: Explorador de pastas e arquivos.....	55
Compactadores de arquivos.....	58
Reprodutores de vídeo; Visualizadores de imagem.....	58
Antivírus.....	59
Pacote de Escritório (Microsoft Office e LibreOffice); Editores de texto (Word/Writer); Planilha eletrônica (Excel/Calc); Editores de apresentações (PowerPoint/Impress) ...	63
Navegadores de Internet (Mozilla Firefox, Google Chrome, Microsoft Edge);	88
Correio eletrônico	94
Serviços de Internet e Intranet: Conceitos; Serviços de correio eletrônico; Mecanismos de busca	97
Segurança da Informação: Conceitos de proteção e segurança	97
Segurança na Internet.....	101
Vírus de computadores, Spywares, Malwares, Phishing e Spam.....	101
Criptografia.....	101
Exercícios.....	101
Gabarito.....	110

LEGISLAÇÃO

Constituição Federal de 1988: Da Administração Pública (artigos 37 ao 41)	1
Lei nº 8.112/90, dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, e alterações posteriores: Das Disposições Preliminares (1º ao 4º); Do Provimento, Vacância, Remoção, Redistribuição e Substituição (artigos 5º ao 39); Dos Direitos e Vantagens (artigos 40 ao 115); Do Regime Disciplinar (artigos 116 ao 142).....	8
Lei nº 9.784/99, regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.	40
Lei nº 12.527/11, regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.....	52

SUMÁRIO



Decreto nº 1.171/94, aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.	65
Lei nº 8.429/92, dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal;.....	69
Lei nº 11.892/08, institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências	84
Lei nº 9.394/96, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional: Da Educação (artigo 1º); Dos Princípios e Fins da Educação Nacional (artigos 2º e 3º); Do Direito à Educação e do Dever de Educar (artigos 4º a 7º); Da Organização da Educação Nacional (artigos 8º a 15); Dos Níveis e das Modalidades de Educação e Ensino (artigos 21 a 28 e 32 a 60-B); Dos Profissionais da Educação (artigos 61 a 67).....	92
Decreto nº 9.203/2017. Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.....	116
Exercícios	122
Gabarito.....	124

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Ética.....	1
Disciplina e indisciplina discente	9
Relações étnico-raciais na escola.....	17
Discência e saúde mental	19
Educação e inclusão da pessoa com deficiência.....	20
Fenômeno do bullying e do cyberbullying.....	34
Diversidade de gênero, sexualidade e preconceito no ambiente escolar	42
Estatuto da Criança e do Adolescente	44
Diretrizes e bases da educação nacional.....	113
Gestão democrática na escola	142
Projeto político-pedagógico.....	151
Relações interpessoais no trabalho.....	161
Desenvolvimento institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo.....	164
Exercícios	164
Gabarito.....	170

SUMÁRIO



Compreender um texto trata da análise e decodificação do que de fato está escrito, seja das frases ou das ideias presentes. Interpretar um texto, está ligado às conclusões que se pode chegar ao conectar as ideias do texto com a realidade. Interpretação trabalha com a subjetividade, com o que se entendeu sobre o texto.

Interpretar um texto permite a compreensão de todo e qualquer texto ou discurso e se amplia no entendimento da sua ideia principal. Compreender relações semânticas é uma competência imprescindível no mercado de trabalho e nos estudos.

Quando não se sabe interpretar corretamente um texto pode-se criar vários problemas, afetando não só o desenvolvimento profissional, mas também o desenvolvimento pessoal.

Busca de sentidos

Para a busca de sentidos do texto, pode-se retirar do mesmo os **tópicos frasais** presentes em cada parágrafo. Isso auxiliará na apreensão do conteúdo exposto.

Isso porque é ali que se fazem necessários, estabelecem uma relação hierárquica do pensamento defendido, retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Por fim, concentre-se nas ideias que realmente foram explicitadas pelo autor. Textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Deve-se ater às ideias do autor, o que não quer dizer que o leitor precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não sejam criadas suposições vagas e inespecíficas.

Importância da interpretação

A prática da leitura, seja por prazer, para estudar ou para se informar, aprimora o vocabulário e dinamiza o raciocínio e a interpretação. A leitura, além de favorecer o aprendizado de conteúdos específicos, aprimora a escrita.

Uma interpretação de texto assertiva depende de inúmeros fatores. Muitas vezes, apressados, descuidamos dos detalhes presentes em um texto, achamos que apenas uma leitura já se faz suficiente. Interpretar exige paciência e, por isso, sempre releia o texto, pois a segunda leitura pode apresentar aspectos surpreendentes que não foram observados previamente. Para auxiliar na busca de sentidos do texto, pode-se também retirar dele os **tópicos frasais** presentes em cada parágrafo, isso certamente auxiliará na apreensão do conteúdo exposto. Lembre-se de que os parágrafos não estão organizados, pelo menos em um bom texto, de maneira aleatória, se estão no lugar que estão, é porque ali se fazem necessários, estabelecendo uma relação hierárquica do pensamento defendido, retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Concentre-se nas ideias que de fato foram explicitadas pelo autor: os textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Devemos nos ater às ideias do autor, isso não quer dizer que você precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não criemos, à revelia do autor, suposições vagas e inespecíficas. Ler com atenção é um exercício que deve ser praticado à exaustão, assim como uma técnica, que fará de nós leitores proficientes.

Diferença entre compreensão e interpretação

A compreensão de um texto é fazer uma análise objetiva do texto e verificar o que realmente está escrito nele. Já a interpretação imagina o que as ideias do texto têm a ver com a realidade. O leitor tira conclusões subjetivas do texto.

Gêneros Discursivos



Raciocínio Lógico

Raciocínio lógico é o modo de pensamento que elenca hipóteses, a partir delas, é possível relacionar resultados, obter conclusões e, por fim, chegar a um resultado final.

Mas nem todo caminho é certo, sendo assim, certas estruturas foram organizadas de modo a analisar a estrutura da lógica, para poder justamente determinar um modo, para que o caminho traçado não seja o errado. Veremos que há diversas estruturas para isso, que se organizam de maneira matemática.

A estrutura mais importante são as **proposições**.

Proposição: declaração ou sentença, que pode ser verdadeira ou falsa.

Ex.: Carlos é professor.

As proposições podem assumir dois aspectos, verdadeiro ou falso. No exemplo acima, caso Carlos seja professor, a proposição é verdadeira. Se fosse ao contrário, ela seria falsa.

Importante notar que a proposição deve afirmar algo, acompanhado de um verbo (é, fez, não notou e etc). Caso a nossa frase seja “Brasil e Argentina”, nada está sendo afirmado, logo, a frase **não é uma proposição**.

Há também o caso de certas frases que podem ser ou não proposições, dependendo do contexto. A frase “ $N > 3$ ” só pode ser classificada como verdadeira ou falsa caso tenhamos algumas informações sobre N, caso contrário, nada pode ser afirmado. Nestes casos, chamamos estas frases de sentenças abertas, devido ao seu caráter imperativo.

O processo matemático em volta do raciocínio lógico nos permite deduzir diversas relações entre declarações, assim, iremos utilizar alguns símbolos e letras de forma a exprimir estes encadeamentos.

As proposições podem ser substituídas por letras minúsculas (p.ex.: a, b, p, q, ...)

Seja a proposição p: Carlos é professor

Uma outra proposição q: A moeda do Brasil é o Real

É importante lembrar que nosso intuito aqui é ver se a proposição se classifica como verdadeira ou falsa.

Podemos obter novas proposições relacionando-as entre si. Por exemplo, podemos juntar as proposições p e q acima obtendo uma única proposição “Carlos é professor e a moeda do Brasil é o Real”.

Nos próximos exemplos, veremos como relacionar uma ou mais proposições através de conectivos.

Existem cinco conectivos fundamentais, são eles:

\wedge : e (aditivo) conjunção

Posso escrever “Carlos é professor e a moeda do Brasil é o Real”, posso escrever $p \wedge q$.

v: ou (um ou outro) ou disjunção

$p \vee q$: Carlos é professor ou a moeda do Brasil é o Real

$\dot{\vee}$: **“ou” exclusivo (este ou aquele, mas não ambos) ou disjunção exclusiva (repare o ponto acima do conectivo).**

$p \dot{\vee} q$: Ou Carlos é professor ou a moeda do Brasil é o Real (mas nunca ambos)

\neg ou \sim : negação

$\sim p$: Carlos não é professor

\rightarrow : implicação ou condicional (se... então...)

$p \rightarrow q$: Se Carlos é professor, então a moeda do Brasil é o Real



Hardware

O hardware são as partes físicas de um computador. Isso inclui a Unidade Central de Processamento (CPU), unidades de armazenamento, placas mãe, placas de vídeo, memória, etc.¹. Outras partes extras chamados componentes ou dispositivos periféricos incluem o mouse, impressoras, modems, scanners, câmeras, etc.

Para que todos esses componentes sejam usados apropriadamente dentro de um computador, é necessário que a funcionalidade de cada um dos componentes seja traduzida para algo prático. Surge então a função do sistema operacional, que faz o intermédio desses componentes até sua função final, como, por exemplo, processar os cálculos na CPU que resultam em uma imagem no monitor, processar os sons de um arquivo MP3 e mandar para a placa de som do seu computador, etc. Dentro do sistema operacional você ainda terá os programas, que dão funcionalidades diferentes ao computador.

Gabinete

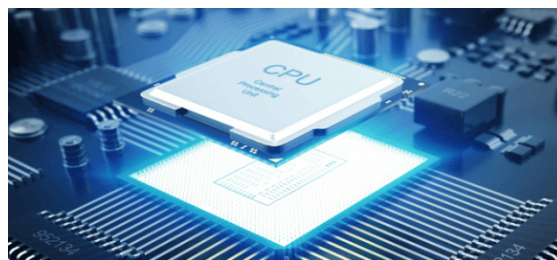
O gabinete abriga os componentes internos de um computador, incluindo a placa mãe, processador, fonte, discos de armazenamento, leitores de discos, etc. Um gabinete pode ter diversos tamanhos e designs.



Gabinete.2

Processador ou CPU (Unidade de Processamento Central)

É o cérebro de um computador. É a base sobre a qual é construída a estrutura de um computador. Uma CPU funciona, basicamente, como uma calculadora. Os programas enviam cálculos para o CPU, que tem um sistema próprio de “fila” para fazer os cálculos mais importantes primeiro, e separar também os cálculos entre os núcleos de um computador. O resultado desses cálculos é traduzido em uma ação concreta, como por exemplo, aplicar uma edição em uma imagem, escrever um texto e as letras aparecerem no monitor do PC, etc. A velocidade de um processador está relacionada à velocidade com que a CPU é capaz de fazer os cálculos.



1 <https://www.palpitedigital.com/principais-componentes-internos-pc-perifericos-hardware-software/#:~:text=O%20hardware%20s%C3%A3o%20as%20partes,%2C%20scanners%2C%20c%C3%A2meras%2C%20etc.>

2 <https://www.chipart.com.br/gabinete/gabinete-gamer-gamemax-shine-g517-mid-tower-com-1-fan-vidro-temperado-preto/2546>



CAPÍTULO VII

DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I - os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

III - o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período;

IV - durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira;

V - as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

VI - é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical;

VII - o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

VIII - a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão;

IX - a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público; (Vide Emenda constitucional nº 106, de 2020)

X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) (Regulamento)

XI - a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo



A formação do professor é muito precária, sem dimensão ética no ato de desenvolver a prática pedagógica. Sendo que a mesma cumpre um papel indispensável na educação.¹

O professor precisa levar em consideração dois aspectos fundamentais na pedagogia como método do ato de ensinar: a questão técnica e o ato político, são diferentes em si, mas articulados na prática pedagógica.

Um terceiro aspecto que não pode ser desconsiderado refere-se à Ética que é o elemento mediador por meio da Filosofia desenvolve a prática problematizadora.

Terezinha destaca a necessidade de compreender de forma científica o mundo político, com a finalidade para intervir nas relações na sociedade com a perspectiva de mudar o próprio mundo político, visando o estabelecimento das relações justas.

Sua prática pedagógica destaca-se em uma educação essencialmente entendida na ação da Filosofia Política e da Ética, na busca da compreensão entre o conhecimento do senso comum e do saber científico, sendo que a Filosofia é o conhecimento do saber complexo total dos objetos em estudos.

A realização de um saber construído socialmente, na perspectiva dialética do ser e dever ser, ou seja, do ideal de sociedade que deve ser construída. Portanto, a educação é uma ação de transformação, uma educação que não transforma não é educadora.

As relações estabelecidas do ponto de vista político são relações de poder, que estabelecem sujeitos distintos uns impondo sobre a vontade dos outros por meio do poder político.

A capacidade de modificar o comportamento um do outro do ponto de vista da política é diferente em relação à intervenção a natureza.

A educação é uma dimensão da práxis, entendida em diferentes componentes: econômico, a questão do trabalho, a produção da vida material, o político, o que rege as práticas institucionais do poder, e ético o que determinam os valores de tais práticas.

Para Rios a Filosofia da educação atua como instrumento de ajuda as práticas dos sujeitos da educação, na busca da superação das contradições, ligando as demais ciências na mesma prática na defesa do mecanismo da educação, no caminho do fazer educativo. Educam-se quando transformam.

Fazer educação no Brasil é antes de tudo compreender a realidade brasileira, sua organização no capitalismo entendendo os mecanismos contraditórios da própria realidade, no processo pedagógico.

Educação é um fenômeno da história política social dentro do contexto social da cultura produzida, sendo a transmissão da mesma pelo caminho da transformação do homem através do trabalho.

O mundo apresenta duas realidades, a que se refere ao mundo da natureza, que independe do homem, mais especificamente as leis naturais, a outra, a produção da cultura no mundo.

A cultura é uma construção do homem das necessidades da natureza humana, formulada pela linguagem. As diferenças do mundo natural com mundo artificial ou do mundo da formulação, sendo o que o último se realiza pelo ato da construção e da reconstrução.

Portanto, a cultura é algo inventado, quase sempre ideológica quando justificam fins discriminatórios, a cultura não é apenas o acúmulo dos processos de sínteses, o que se denomina de erudição, mas o resultado do trabalho humano, da ação do homem na transformação da natureza, nesse sentido que nasce o aspecto da ação política para transformação do mundo.

¹ VASCONCELOS, E. D. de; Ética e Competência. Resenha do livro de RIOS, Terezinha. Ética e competência. São Paulo: Cortez, 2003.